

# A produção do espaço e da escala pelo capital

Lucas Gama Lima<sup>1</sup>

Alexandrina Luz Conceição<sup>2</sup>

Desde a mais tenra existência humana, indivíduos constroem uma relação social que também é espacial. Assim as comunidades tribais da chamada Pré-História organizavam-se em áreas de dimensões restritas, porém com propósitos coletivistas, o que acarretava a edificação de obras, cujo acesso fosse assegurado a todos que pertenciam a mesma. A produção espacial, inserida no bojo do conteúdo das relações sociais de um determinado período é, portanto, ontológica ao ser social. Isso significa que o homem em sua relação metabólica com a natureza, através do trabalho, permite a elaboração de um novo produto, a sua reprodução enquanto trabalhador e, inevitavelmente, a produção do espaço.

Como explica Smith (1988), o homem, sob a vigência da sociedade baseada na propriedade privada da terra, sempre manteve uma ligação muito forte com o espaço, enquanto espaço absoluto. Todavia, a iniciação de relações trabalho assalariadas e a subordinação do trabalho como produtor de valor conduz ao corte de laços naturais com o espaço absoluto, pois a desapropriação dos trabalhadores de seus tradicionais meios de produção e a constante mobilidade do capital implica considerável autonomia ante o espaço absoluto. Todavia, continua Smith (1988), não se deve traduzir este processo como uma absoluta independência das relações capitalistas de qualquer vínculo com o espaço. O que se deve ter em vista é que a universalização do trabalho na condição de mercadoria e necessária valorização do valor como esteio vital para a acumulação do capital dá um novo sentido a relação com o espaço absoluto.

O capital procura relacionar-se com o espaço absoluto, não para eliminá-lo, mas para reproduzi-lo,

imprimindo-lhe um formato condizente com sua auto-reprodução<sup>3</sup>. Destarte, o espaço absoluto assume um novo formato, relativizando seu uso para fins meramente acumulativos da riqueza socialmente produzida, ou seja, ele “procura emancipar-se do espaço natural, mas o faz apenas pela produção de certos espaços absolutos próprios como parte da produção mais ampla do espaço relativo” (SMITH, 1988: p. 132 e 133).

Mas por que a generalização da forma valor/trabalho ressignifica a produção espacial? A resposta dessa questão está no *modus-operandi* do funcionamento do capital sob o capitalismo.

A mercantilização da força de trabalho, órfã de meios necessários a sua reprodução social, permite a apropriação de mais-valor do trabalho excedente dessa mercadoria. Porém, esse processo não é executado uma única vez, ou temporariamente, e ainda não se mantém sem seu domínio universal. O capitalista precisa tornar a apropriação do trabalho excedente, uma prática sistemática e estender a forma valor/trabalho às dimensões mais longínquas do planeta. Assim apropria-se não somente de capital variável, mas também de capital constante, imobilizando seu capital sobre o espaço na condição de meios de produção e engendrando um processo produtivo de valorização do valor. Por isso é possível afirmar que o capital constrói um espaço absoluto particular e tal iniciativa não é feita aleatoriamente, sendo balizada pela produção de um espaço relativo útil a sua reprodução sócio-metabólica<sup>4</sup>.

Nesse sentido, o capital eleva o espaço a uma

1 É Mestrando em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, professor da rede pública municipal de ensino e membro do Grupo de pesquisa Estado, capital, trabalho e as políticas de (re)ordenamento territorial. E-mail: lucasaelima@yahoo.com.br

2 É professora do Núcleo de Pós-graduação de Geografia da Universidade Federal de Sergipe e coordenadora do Grupo de pesquisa Estado, capital, trabalho e as políticas de (re)ordenamento territorial.

3 Segundo (HARVEY, 2005: p. 88) [...] o capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital. Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital.

4 Segundo Lefebvre (1984) as contradições do espaço não são produtos de sua forma racional, a exemplo das ciências exatas; são, na verdade, resultado do conteúdo prático e social e, mais especificamente, do conteúdo capitalista. O espaço da sociedade capitalista objetiva ser racional quando, na prática, está comercializado, vendido em parcelas.

condição qualitativamente diferente da que herdou do feudalismo. Primeiro, porque generaliza o trabalho abstrato produtor de valor, igualizando as condições geográficas basilares da extração da mais-valia e; segundo, mas não menos importante, adiciona-se a isso sua mobilidade incessante, na busca por formas vantajosas de exploração do trabalho excedente e, portanto, provocando uma diferenciação do espaço geográfico. É a síntese dialética entre a diferenciação e igualização do espaço geográfico promovida pela expansão do capital, que desenvolve o entendimento do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade capitalista<sup>5</sup>. Esse par dialético não se verifica atuando separadamente sobre o espaço, mas representam partes do processo contraditório da reprodução do capital. A produção espacial reflete a concorrência capitalista pela maximização dos lucros, que considera necessário: a igualização das condições essenciais a reprodução do valor-mercadoria, despojando progressivamente os trabalhadores de vínculos maiores com os meios de produção e incorporando ao solo capital fixo nas condições médias de desenvolvimento das forças produtivas e; a gestação da diferenciação espacial com a apropriação de fontes de matérias-primas mais vantajosas, controle vigoroso do valor da força de trabalho e regulação da legislação do comércio internacional. Em síntese, a contraditória produção espacial forma a divisão territorial do trabalho que somente pode ser compreendida pela inter-relação entre as escalas, pois

Las diferentes sociedades no sólo producen el espacio, como Lefebvre nos ha enseñado, ellas también producen la escala. La producción de la escala puede ser la diferenciación más elemental del espacio geográfico y es en toda su extensión un proceso social. No hay nada ontológicamente dado sobre la división tradicional entre hogar y localidad, escala urbana y regional, nacional y global. La diferenciación de las escalas geográficas establece a través de la estructura geográfica de interacciones sociales (SMITH, 2002: p. 141).

A estrutura geográfica de interações sociais sob o capitalismo produz uma interpenetração hierárquica entre as escalas por onde transita o capital. A produção escalar também passa a deter um novo propósito com o desenvolvimento da sociedade, mediado pelos interesses

5 A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. Essa perpetua realização do que chamei [...] de “ajuste espacial” das contradições internas do capital (registrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área geográfica específica), associada com uma inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global de acumulação do capital (HARVEY, 2004: p. 40).

do capital<sup>6</sup>.

Nos primórdios do capitalismo, como ainda não era um modo de produção internacionalizado, a escala nacional detinha a primazia de ser lócus da acumulação de capital. Nela se faziam presentes a ação do Estado que assegurava a expropriação dos trabalhadores e regulava o regime de exploração que se iniciava. No final do século XIX já era possível registrar a internacionalização do capital, que atuava por meio de uma ação imperialista fundada na exportação de capital, apropriação militar de novas áreas e progressiva fusão do capital industrial e bancário (formação do capital financeiro). É nesse momento que a escala de atuação do capital não se restringirá à esfera nacional, pois através do plano internacional o capital assegura a universalização do trabalho abstrato produtor de mais-valia. A formação das instituições financeiras internacionais e de órgãos multilaterais ajuda a consolidar a dimensão escalar global de atuação do capital.

Porém, a escala internacional em que se firma a existência do capital não anula outras escalas, pelo contrário, o capital procura recriá-las a fim de assegurar seu domínio. Assim, mesmo sob um capital de ordem global, a escala nacional ainda continua a ter importância, pois, contraditoriamente, se estabelece dentro dela um misto de concorrência e cooperação entre os diversos capitais na busca da maximização do lucro. É o estado-nacional que tem grande envergadura na sustentação dessa situação, uma vez que, se encarrega de controlar a força de trabalho, regular a legislação trabalhista, legislar sobre as riquezas minerais e sobre as remessas de lucros, além de legitimar a concorrência por mercados locais vantajosos.

Desde la perspectiva del capital, la centralidad de la escala geográfica es que ella representa una materialización, aunque siempre como solución maleable a la contradicción básica entre cooperación y competición. Dentro dos límites nacionales, por ejemplo, hay cooperación explícita entre capitales sobre las leyes laborales, abastecimiento de infraestructuras, políticas de bienestar social, impuestos y políticas comerciales por ejemplo. Los mismos capitales compiten intensamente por mercados interiores [...] (SMITH, 2002: p. 142).

Considerando que a expansão do capital sobre o espaço é um imperativo indissolúvel<sup>7</sup> e que esse intento

6 Refiro-me a uma nova estatura da produção escalar sob a vigência do capital, pois segundo explicação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Alexandrina Luz Conceição a produção escalar não se realiza de modo natural, sob uma racionalidade abstrata. Devemos considerar em sua análise, que a escala embora não detenha um caráter inato a existência humana integra-se ontologicamente a produção social da vida.

7 Segundo (MÉSZÁROS, 2002: p. 590) “[...] a viabilidade do capital é inseparável de sua completa expansão em um sistema mundial que

é limitado pela finitude do planeta, o capitalista através de instituições financeiras e em parceria com o Estado afiança um rearranjo espacial que permita a subordinação do local, enquanto território. O capital, então, sem perder de vista seu caráter global articulado com a esfera nacional, como suporte de sua iniciativa, apropria-se da escala territorial.

É aí que reside a inter-relação das escalas sob os ditames do capital. A internacionalização do capital permitiu sua “libertação” da escala nacional expandindo-se pelo globo. Tal expansão ressignificou a relação dos estado-nacionais com a economia mundial, tendo em vista a tessitura de relações que se criou em nível mundial para regular a exploração da força de trabalho e capital constante (vide as patentes). Todavia, a mundialização do capital a partir da década de 1970, e o largo desenvolvimento das forças produtivas, com a subsunção da ciência ao ritmo de acumulação de capital<sup>8</sup>, construindo uma articulação técnico/científico/informacional que (re)transformou a hierarquia escalar, traz à tona o papel do território – transformado em escala espacial pelas atuais políticas de planejamento.

Milton Santos (1992) afirma que sob a vigência do período técnico-científico-informacional, há mudanças na composição orgânica do espaço com o incremento de massa ampla de capital constante (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes, pesticidas, etc.) e, concomitantemente, novas exigências quanto ao capital variável indispensável, crescentemente utilizado em atividades não-produtivas como bancos e outras instituições financeiras, de modo que é possível falar de uma creditização do território.

A mundialização do capital ou a “integração internacional dos mercados financeiros resulta [...] da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real”<sup>9</sup>. Isso significa que a mundialização reforça a centralização da gestão do capital na escala global, através das orientações das instituições financeiras e multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a ONU. A financeirização da economia mundial consolidada por um aparato técnico/científico/informacional permite a construção de uma relação hierárquica entre a escala global e local onde essa última é subsumida à

reprodução ampliada do capital. Harvey (2004) explica a permanente problemática entre as condições locais e particulares e a universalidade dos valores produzida no mercado mundial, destacando a pujança das instituições financeiras internacionais no controle do território:

Elas desempenham um papel-chave em determinar onde vão surgir certos tipos de trabalhos concretos e relações de classe, podendo às vezes até mesmo ditar padrões de desenvolvimento geográfico desigual por meio do controle da reunião de capitais e dos fluxos de capital (Ibid, p. 55).

A escala local que pode ser compreendida “como a escala de la reproducción social e incluye el territorio geográfico sobre el cual las actividades diarias se desarrollan normalmente” (SMITH, 2002: p. 143) passa a manter laços mais sólidos com a produção capitalista internacional e a acumulação de capital mundializada.

O desenvolvimento do capital ao longo do último século explica este processo. Conforme Chesnais (1996) o capital, como forma de valorização do valor, tem sua existência advinda, sobretudo em finais do século XIX e início do século XX da esfera produtiva, mais precisamente da realização do valor-mercadoria na circulação. Como neste período a internacionalização da produção capitalista consolidava-se, era possível observar um papel mais notável do comércio mundial sobre a circulação em âmbito nacional. O que por sua vez, por não extinguir a escala nacional, exigia a iniciativa do poder estatal na promoção do estreitamento de suas economias à dinâmica da economia mundial. Além destas condições era possível perceber a existência dos Investimentos Externos Diretos (IED's), que esboçava-se em sua primeira fase.

Os IED's representou a verdadeira expansão do capital sobre o espaço mundial, pois ele tratou de espacializar a exploração de mais-valor sobre o planeta através das deslocalizações das unidades produtivas que produziu determinadas especializações da força de trabalho e do capital entre as nações, portanto intensificou a divisão territorial do trabalho.

Contudo, conforme anunciado por Lênin (2002), a partir dos escritos de Marx, o desenvolvimento do capitalismo conduziu o capital a uma concentração e centralização sem precedentes. A formação de monopólios e oligopólios não se resumiu a esfera produtiva geradora de mais-valia, como também ao sistema financeiro mundial, elevando os grupos empresariais e as principais instituições financeiras a um patamar de influência nos rumos da economia dos países sem qualquer correspondência em outro período da história mundial. Pois é o ritmo da acumulação de capital que guia o mesmo para os rincões do planeta e, por consequência, delimita o alcance das políticas do Estado.

Os IED's, portanto, do período da década de 1980 à atualidade passaram a deter maior presença nas operações

---

tudo abarca”. Assim o capital “é espontânea e necessariamente móvel em sua busca da maximização do lucro e hoje poder ser transferido na velocidade da luz de um país para outro sob as circunstâncias de expectativas favoráveis de lucro” (Ibid, p. 188).

8 Segundo (CHESNAIS, 1996: p. 142) as transformações advindas, desde fins da década de 70, nas relações entre a ciência, a tecnologia e a atividade industrial fizeram da tecnologia um fator de competitividade, muitas vezes decisivo, cujas características afetam praticamente todo o sistema industrial (entendido em sentido amplo, e portanto abrangendo parte dos serviços).

9 Excerto retirado de (CHESNAIS, 1996: p. 17).



do capital mundial, apresentando um conteúdo mais amplo. Sua função não mais consiste em ser, apenas, exportação de capital, pois contempla:

1- A possibilidade de maior controle do capitalista sobre as outras etapas do processo de rotação de capital – dirigindo parte de seus investimentos para a circulação.

2- A participação intensiva nos investimentos altamente lucrativos da esfera financeira mundial.

Quanto ao primeiro ponto, Marx (2008) explica a mudança de status do capital comercial com o desenvolvimento do capitalismo. Nos modos de produção que antecedem a sociedade capitalista, o capital comercial exercia um poder considerável sobre o intercâmbio de mercadorias, seja pela primazia que o valor de uso detinha no período – considerando que a maior parte do volume de mercadorias apropriada pelo capital comercial, provinha do pequeno excedente produtivo das terras camponesas –, seja pelo pífio desenvolvimento das forças produtivas – pois impediam uma maior autonomia dos produtores imediatos diante do monopólio da circulação. Marx nos oferece uma explicação detalhada desse processo de mudança qualitativa da função do capital comercial na obra *O Capital*, livro 3, e que pode ser resumida em duas passagens da referida obra. No primeiro trecho afirma que

“aqueles modos de produção possibilitam ao capital mercantil apropriar-se de parte preponderante do produto excedente: seja porque esse capital se interpõe entre comunidades com produção essencialmente orientada para o valor-de-uso e com organização econômica para a qual é de importância secundária a venda da parte do produto destinada à circulação em geral, portanto, a venda dos produtos pelo respectivo valor; ou seja porque, naqueles antigos modos de produção, os possuidores principais do produto excedente com os quais lida o comerciante, o proprietário de escravos, o senhor feudal, o Estado (por exemplo, o déspota oriental) representam a riqueza a fruir, exposta à armadilhas do comerciante[...].” (MARX, 2008: p. 441 e 448).

No segundo trecho registra-se que:

“Logo que a manufatura atinge certo nível de desenvolvimento – o que é mais válido ainda para a indústria moderna – cria ela para si o mercado, conquista-o com suas mercadorias. O comércio se torna então servidor da produção industrial, para a qual é condição de vida a expansão contínua do mercado. Produção em massa cada vez maior inunda o mercado existente e por isso se empenha sempre em expandi-lo, em romper seus limites (Ibid, Ibidem).

A transformação da forma valor-mercadoria à condição de mediadora predominante nas relações sociais e a centralização e monopolização da produção provocam o enfraquecimento do capital comercial na

correlação de forças com o capital produtivo gerador de valor, pois este não se exime de estender sua imponência monopólica a distribuição e, principalmente, circulação das mercadorias. Chesnais (1996) reforça essa tese marxiana ao afirmar que:

Para as companhias industriais, a concentração de grandes capitais no comércio atacadista (as “centrais de compras”) e varejista (as lojas de departamentos, os supermercados e sobretudo os hipermercados) representa uma ameaça aos seus próprios lucros. A parcela de lucro que uma companhia industrial pode perder quando grupos muito fortes, em situação de “oligopsônio” (pequeno número de compradores para grande número de vendedores), estão em condições de impor condições para se ter acesso à demanda final, é um parâmetro que afeta, de forma significativa, as condições de valorização do capital (Ibid, p. 190 e 191).

Quanto ao segundo ponto, é possível afirmar que representa a face mais notória da mundialização do capital. Desde a década de 1980, a já famosa ligação entre o setor produtivo e o financeiro se avoluma a um patamar bastante expressivo, onde

para os grandes grupos do setor de manufaturas ou serviços, a estreita imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização do capital representa hoje um elemento inerente ao seu funcionamento cotidiano (Ibid, p. 275).

Embora não se perca de vista, que a valorização do valor não pode prescindir, absolutamente, da esfera produtiva, o que se assiste no interior da mundialização do capital são grupos, cuja base de atuação, se encontra no capital portador de juros dos Bancos ou, sobretudo, no caráter rentista das operações financeiras (compra de ativos da dívida pública, fundos de pensão e derivativos de outra ordem). Ou seja, grupos industriais que adquirem tamanha magnitude de capital ao longo de décadas, procuram, na atualidade, auferir lucros pelo recurso da livre especulação financeira.

A desregulamentação das economias nacionais, associada à privatização de setores estratégicos, como as telecomunicações, riquezas minerais, dentre outros, operada pelos governos, asseguraram a “estabilidade” que faltava para os investimentos de capital-dinheiro sob a garantia de lucros fáceis<sup>10</sup>.

Em resumo, pode-se afirmar que os IED’s inscritos na mundialização do capital viabilizaram a captura de parte considerável dos fluxos comerciais, que permitiram uma aproximação ainda maior entre as etapas da

10 As operações financeiras dos grupos dão-se num quadro desregulamentado, no qual a diversificação para a esfera financeira começou a ser, ao mesmo tempo, atrativa e bastante fácil (CHESNAIS, 1996: p. 279).

rotação do capital (P-D-C-C). Mais que isso, os IED's representaram o adensamento dos aportes de capital monetário destinados a pura acumulação fictícia onde o processo de rotação do capital (P-D-C-C) é encurtado (D-D').

Considerando que ações em busca do lucro, através da fluidez do capital-monetário, corresponde à parcela expressiva do que se afirma como investimentos externos diretos (IED's) torna-se compreensível a emergência do território como escala. Ao se eleger a categoria território como escala de planejamento de políticas públicas, a partir de um conjunto de critérios que esvaziam o conteúdo essencialmente conflitivo do mesmo, objetiva-se lançar as bases para um mecanismo sutil de exploração do capital. O que se deseja é a subordinação da organização produtiva das comunidades que integram o território à lógica perversa do capital financeiro, pois na mundialização do capital a deslocalização das unidades produtivas para a geração do valor-mercadoria não é mais a locomotiva que move a apropriação da riqueza, senão parte de um processo mais amplo de auferição de lucros sustentado, sobretudo, pela financeirização da economia global.

Portanto na formulação das políticas públicas o território é o destino propício para os empréstimos financiados por organismos financeiros internacionais, que imobilizam parte de seu capital fictício em atividades da comunidade, com um propósito muito bem definido: subsumir a organização dos trabalhadores que integram o território aos ditames planejados pelo capital em escala global, mas materializados via território.

#### Referências:

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. O Novo Imperialismo. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo: fase superior do capitalismo. Tradução: Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl. O capital. Livro III. Vol. 5. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. Geografia, diferencia y las políticas de escala. In: Revista Terra Livre, nº 19, 2002, p. 127-146.

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. In: Revista Terra Livre, nº 9, 1992, p. 07-19.



“O avultado endividamento dos Estados e a fragilidade financeira podem exigir guinadas bruscas de política econômica. Já seja por uma ou por outra via, as características da recuperação em curso permitem prognosticar maiores tensões interestaduais, maiores ataques ao movimento operário e os setores populares, associados tanto ao crescimento do desemprego e à exploração, como a possíveis novos estouros financeiros cujos custos tentarão a ser descarregados sobre os trabalhadores e os setores populares, e maiores enfrentamentos entre as classes como subproduto destes ataques ou de tentativas de maior penetração imperialista como poderia ser o caso da China. As intervenções estatais lograram conter as tendências mais catastróficas ao menos por um período, mas a crise está longe de ser resolvida e os remendos saltam por todos os lados reatualizando o caráter convulsivo da época imperialista em que vivemos”  
(Paula Bach, *Quatro questões sobre a crise econômica mundial*, 18-12-2009, mimeo).

